



MEDINDO E IMPLEMENTANDO O PROGRESSO SOCIAL NO TERRITÓRIO: O CASO DO RIO DE JANEIRO

MEASURING AND IMPLEMENTING SOCIAL PROGRESS IN THE TERRITORY: THE CASE OF RIO DE JANEIRO

¹Rodrigo Loureiro MEDEIROS.

²Eduarda LA ROCQUE.

³Ana Clara RAFT.

¹Instituto Federal do Espírito Santo (Ifes). E-mail: rodrigo.medeiros@ifes.edu.br.

²Doutora em Economia pela PUC-Rio. E-mail: larocque.eduarda@gmail.com.

³Pós-graduação Política Social da Universidade da UFES, bolsista CAPES. E-mail: anaclara@raft.net.br.

Artigo submetido em 16/10/2023 e aceito em 20/11/2023.

Resumo

O artigo em questão aborda a perspectiva metodológica do Índice de Progresso Social (IPS), avaliando criticamente como ele pode embasar políticas públicas democráticas e inclusivas, niveladoras de bem-estar social no território. O IPS representa uma medida que avalia o bem-estar social e o progresso de uma sociedade em um território, indo além do Produto Interno Bruto (PIB) ou de indicadores econômicos tradicionais. Ele é capaz de medir e comparar o desempenho social e de qualidade de vida de diferentes regiões e países. O estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro é apresentado no artigo, de forma a ressaltar as muitas dificuldades de implementação de políticas públicas niveladoras de bem-estar social no território. Aspectos históricos e estruturais importam, porém eles não nos condenam eternamente. Investir no capital social é a linha de ação transformadora prevista na literatura acadêmica.

Palavras-chave:

Índice de Progresso Social (IPS); políticas públicas; bem-estar social; capital social.

Abstract

The article in question addresses the methodological perspective of the Social Progress Index (IPS), critically evaluating how it can support democratic and inclusive public policies, leveling social well-being in the territory. The IPS represents a measure that assesses the social well-being and progress of a society in a territory, going beyond the Gross Domestic Product (GDP) or traditional economic indicators. It can measure and compare the social performance and quality of life of different regions and countries. The case study of the city of Rio de Janeiro is presented in the article, to highlight the many difficulties in implementing public policies that level social well-being in the territory. Historical and structural aspects matter, but they do not condemn us eternally. Investing in social capital is the transformative line of action predicted in academic literature.

Keywords:

Social Progress Index (IPS); public policy; social well-being; social capital.

1 INTRODUÇÃO

O Índice de Progresso Social (IPS) é uma inovadora e abrangente metodologia de avaliação que busca ir além das métricas econômicas tradicionais para medir o bem-estar e o desenvolvimento de uma sociedade. Enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) é frequentemente utilizado como um indicador principal do sucesso de um país, o IPS reconhece que o progresso não pode ser resumido apenas por indicadores econômicos. O “progresso social” pode ser definido como a capacidade de uma sociedade satisfazer suas necessidades básicas para a vida de cada cidadão, de forma que as comunidades possam crescer e desenvolver-se de forma sustentável e criando condições para que os indivíduos alcancem o seu potencial (SILVA; LADVOCAT, 2021).

O IPS se concentra em avaliar uma ampla gama de fatores que afetam a qualidade de vida das pessoas, incluindo saúde, educação, segurança, oportunidades econômicas, direitos individuais e muito mais. Ele oferece uma abordagem holística e equilibrada para avaliar o progresso de uma sociedade, reconhecendo que o crescimento econômico por si só não é suficiente para garantir uma vida satisfatória para todos os cidadãos. Ao considerar uma ampla variedade de indicadores em áreas-chave da vida, como saúde, educação, bem-estar ambiental, igualdade de gênero e inclusão social, o IPS fornece uma visão mais completa e precisa da qualidade de vida em um território.

Além disso, o IPS é uma metodologia valiosa para orientar as políticas governamentais e estratégias de desenvolvimento, direcionando recursos para áreas e regiões onde as necessidades são mais prementes. Ele também é uma importante referência para a sociedade civil, organizações não governamentais e empresas que desejam contribuir para o progresso social em um território.

Em um tempo no qual as sociedades enfrentam desafios complexos e interconectados, o IPS se torna um guia crucial para medir e melhorar o bem-estar de comunidades, regiões e países em todo o mundo. Aprofundar a compreensão dessa metodologia é fundamental para a busca de sociedades mais justas, inclusivas e prósperas, onde todos possam desfrutar de uma alta qualidade de vida. Nesse sentido, exploraremos as dimensões principais e os componentes do IPS, destacando o seu papel na medição e aprimoramento das condições de vida de indivíduos e comunidades a partir do estudo de caso na cidade do Rio de Janeiro, destacando as reais dificuldades de implementação desta perspectiva metodológica através de políticas públicas.

No Brasil, o Estado de bem-estar social teve o seu início tardio, após vinte e um anos de ditadura militar, sendo parcialmente implementado a partir da Constituição Federal de 1988, quando se buscou assegurar direitos sociais universais, tais como educação, saúde, alimentação, trabalho, moradia, transporte, lazer, segurança, previdência social, proteção à maternidade e à infância, além da assistência aos desamparados. Entretanto, a tentativa política de consolidação social-democrática ocorreu em um período de crise financeira e alta inflacionária em toda a América Latina, que esteve sob as recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI). Reformas institucionais, estruturalmente regressivas, têm sido feitas desde então sem que tenha ocorrido uma transformação estrutural progressiva da economia regional.

A “Constituição Cidadã” preconizou, no Brasil, como princípios fundamentais, a busca por uma sociedade justa e solidária, o desenvolvimento nacional, a erradicação da pobreza e das desigualdades, e a promoção do bem-estar, sem discriminação. Esses desafios estão presentes

e demandam metodologias capazes de articular políticas públicas para o bem-estar social. O estudo de caso da cidade do Rio de Janeiro revela que a simples aplicação da metodologia do IPS não se mostra suficiente para abordar os complexos problemas urbanos acumulados ao longo do tempo, ainda que possa ajudar a avaliar a aplicação de recursos públicos escassos.

O artigo está dividido em seções. A segunda seção apresenta o referencial teórico utilizado no estudo de caso. Na terceira seção constam as descrições dos processos metodológicos e a quarta seção aborda a discussão dos resultados. Por fim, a conclusão encerra o artigo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O capital social e o Índice de Progresso Social (IPS) estão interconectados, pois diversas formas de associativismo são capazes de influenciar diretamente o progresso social de uma sociedade (D'ARAUJO, 2010). O capital social refere-se à rede de relações sociais, normas, confiança e cooperação que existem em uma comunidade ou sociedade. Ele desempenha, portanto, um papel fundamental no desenvolvimento de uma nação e pode afetar os resultados medidos pelo IPS das seguintes formas:

- a) Cooperação e confiança - uma sociedade com níveis altos de confiança e cooperação tem a propensão a ser mais eficiente na implementação de políticas públicas.
- b) Participação cívica - quando as pessoas se envolvem em organizações da sociedade civil, trabalham juntas em projetos comunitários e participam ativamente da vida política, tal fato pode levar a melhores resultados em áreas como governança, igualdade e justiça, que são elementos-chave do IPS.
- c) Rede de apoio social - um forte capital social pode criar uma rede de apoio social que ajuda a melhorar o bem-estar das pessoas. O apoio social pode influenciar indicadores de saúde e bem-estar no IPS.
- d) Resiliência comunitária - comunidades com alto capital social tendem a ser mais resilientes em face de desafios, como desastres naturais, crises econômicas e outros eventos adversos, afetando positivamente o IPS.

O IPS leva em consideração esses fatores indiretamente, uma vez que muitos dos indicadores do índice são influenciados pela presença ou ausência de capital social em uma determinada sociedade. O capital social desempenha papel fundamental no desenvolvimento de sociedades, territórios e países, pois está diretamente relacionado à capacidade de cooperação, a confiança e a solidariedade entre indivíduos e grupos de uma comunidade (LA ROCQUE; MEDEIROS; FARIA, 2023). Instituições formais, como governos e organizações não governamentais, e instituições informais, como as redes sociais, os coletivos urbanos, as normas culturais e os valores compartilhados, desempenham papéis importantes na construção e na manutenção do capital social.

Em célebre pesquisa transformada em livro, Robert Putnam (1993), professor da Universidade de Harvard, foi capaz de provocar grandes reflexões mundiais. Ainda que o autor tenha se baseado nas tradições cívicas da Itália moderna, a argumentação básica é transladável para outros contextos. A história e os contextos importam. De acordo com Putnam, as associações locais e regionais representam estruturas sociais de cooperação relevantes. O associativismo

deve ser visto, nesse sentido, como uma condição necessária para o efetivo exercício do autogoverno. Segundo afirmou o acadêmico, quanto maior o civismo em uma região, mais efetivo é o seu governo. Civismo, por sua vez, diz respeito à equidade e ao engajamento social.

Importante ressaltar que o associativismo não se limita apenas à esfera política, mas também se estende para outras áreas da vida social, como economia, cultura e lazer. O engajamento ativo nessas associações oferece aos cidadãos uma plataforma para expressar as suas preocupações, defender os seus interesses e participar na tomada de decisões que afetam as suas vidas. Dessa forma, o associativismo se torna um mecanismo crucial, no qual os cidadãos têm a oportunidade de moldar seu ambiente social, político e econômico.

Putnam argumentou que o associativismo é importante para o desempenho econômico de um território. O professor destacou que o sentido do impacto contemporâneo é do civismo para o econômico. Ele questionou o motivo de tantos países terem se mantido subdesenvolvidos e argumentou que o caso italiano é bem rico em reflexões para explicar as falhas das políticas públicas, na medida em que políticas tradicionais de polarização industrial e incentivos fiscais também foram adotadas em diversos lugares, inclusive pelas unidades federativas brasileiras.

A produtividade de um território está correlacionada com o seu capital social. Redes e arranjos horizontais de produção são capazes de construir cooperação entre firmas de pequenos portes, providenciando recursos e superando dificuldades, que isoladas seriam difíceis de enfrentar. O associativismo, portanto, encoraja a confiança social, a cooperação, a flexibilidade, a inovação, a produtividade e a elevação do desempenho econômico.

Entre as lições históricas da experiência regional italiana, Robert Putnam destacou que Estado e mercado, articulados através de políticas públicas, operam de forma mais eficiente quando estão imersos em configurações cívicas. Mostra-se, portanto, razoável e eficiente articular a cooperação pelo desenvolvimento territorial através de políticas públicas que estimulem o associativismo, pela construção institucional de laços sociais de confiança e de interesses comuns. Nesse sentido, a perspectiva metodológica do Índice de Progresso Social (IPS) se mostra capaz de ajudar no diagnóstico dos desafios no território.

De acordo com o Instituto Pereira Passos (2023), para o caso da cidade do Rio de Janeiro, em consonância com o Social Progress Imperative (2023), a metodologia do IPS prevê a construção de três dimensões principais compostas de quatro componentes em cada uma delas, totalizando doze componentes. As suas três dimensões são: Necessidades Humanas Básicas; Fundamentos do Bem-Estar; Oportunidades. O cálculo do índice, que varia de zero a cem em pontuação, encontra-se exposta pelo Instituto Pereira Passos (2023), indicando inclusive as ponderações de pesos dos componentes das dimensões.

Em termos globais, o ranking do Índice de Progresso Social de 2022 dos países está disponível para consultas (SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE, 2023). Com a metodologia básica do IPS-Rio, o Brasil ficou na posição de número 62, atrás do Chile, da Argentina, da Rússia e do Uruguai, em um total de 169 países avaliados. A Noruega lidera esse ranking, seguida por Dinamarca, Finlândia e Suíça. Esse ranking global mostra que há uma correlação positiva e forte entre o IPS e o PIB per capita dos países. Nesse sentido, a precariedade estrutural do mercado laboral brasileiro revela-se preocupante (ANTUNES, 2022). As estatísticas sobre a taxa de desocupação devem ser avaliadas com cautela no Brasil, assim como em outros países

da América Latina, que têm dificuldades persistentes em gerar empregos formais de boa qualidade. A baixa produtividade da região é explica por fatores históricos: a dependência de recursos naturais; o baixo investimento em pesquisa e inovação; um precário mercado de trabalho; a instabilidade política e institucional; a qualidade da educação e formação profissional; cultura empresarial imediatista; extrema concentração de riquezas e poder econômico (MAZZUCATO; PENNA, 2016; MAZZUCATO, 2023; FERNANDES, 2009; FURTADO, 2008). Históricas e extremas desigualdades na distribuição de riquezas e de acessos a oportunidades limitam o desenvolvimento econômico na região, inclusive no Brasil e em suas unidades federativas.

3 PROCESSOS METODOLÓGICOS

Utilizamos a base de dados do Instituto Pereira Passos, órgão da Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, para analisar as desigualdades entre os bairros da cidade do Rio de Janeiro, de forma a avaliar criticamente quais são as principais dificuldades de implementação de políticas públicas “niveladoras” de bem-estar social no respectivo território.

O IPS-Bairros do Rio de 2022 foi analisado a partir de três dimensões: Necessidades Humanas Básicas; Fundamentos do Bem-Estar; Oportunidades. Buscou-se identificar o ponto fraco das suas três dimensões para analisá-lo criticamente em termos da articulação de políticas públicas niveladoras de bem-estar social no território.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O destaque negativo do IPS-Bairros do Rio, em 2022, foi a dimensão de Fundamentos do Bem-Estar, que pontuou 43,97 para a cidade, abaixo de 50 pontos em uma escala que varia de zero até 100, a pontuação máxima. Para o IPS, foram utilizados 158 bairros, tendo sido excluídos Paquetá, Lapa, Vila Kennedy, Jaboté e Ilha de Guaratiba por falta de dados administrativos.

Quadro 1 – Dimensões do IPS-Bairros 2022.

Necessidades Humanas Básicas	Fundamentos do Bem-Estar	Oportunidades
85,04	43,97	64,01

Fonte: Instituto Pereira Passos (2023).

O IPS-Rio oferece uma visão sobre a disparidade geográfica do desenvolvimento social dentro da respectiva cidade, indicando eixos prioritários de políticas públicas niveladoras de bem-estar social no território. No caso em questão, o Acesso ao Conhecimento Básico e o Acesso à Informação e Comunicação são os dois componentes que puxaram para baixo a dimensão Fundamentos do Bem-Estar dos bairros da cidade do Rio de Janeiro.

Quadro 2 – Componentes dos Fundamentos do Bem-Estar 2022.

Saúde e Bem-Estar	Qualidade do Meio Ambiente	Acesso ao Conhecimento Básico	Acesso à Informação e Comunicação
82,41	50,07	27,39	16,01

Fonte: Instituto Pereira Passos (2023).

Proficiência em português, desempenho do ensino fundamental, anos iniciais, desempenho do ensino fundamental, anos finais, acesso a telefone celular ou fixo e acesso à internet são os subcomponentes que puxaram o IPS-Bairros para baixo dos 50 pontos. Portanto, problemas com a qualidade da educação básica e com o acesso igualitário à tecnologia de informação e comunicação afetaram os Fundamentos do Bem-Estar nos bairros da cidade. As desigualdades se manifestam estruturalmente entre os bairros, desnivelando o bem-estar social ao longo da cidade do Rio de Janeiro. Medido e avaliado tecnicamente o problema, o que dificultaria o encaminhamento de recursos através de políticas públicas niveladoras de bem-estar social?

A base de dados World Inequality (2023) revela a extrema desigualdade estrutural brasileira, pois o 1% mais abastado concentra 49% da riqueza nacional. Dificilmente se pode alegar que esse seria o retrato de uma suposta meritocracia em um território que conviveu com quase quatro séculos de escravidão e ciclos econômicos extrativistas predatórios (RIBEIRO, 2006). Nossas transições de regimes, pelo menos desde o golpe militar que proclamou a República, em novembro de 1889, foram negociadas por cima, preservando a parte estrutural do atraso e das pactuações oligárquicas.

Em relação ao município do Rio de Janeiro, antiga capital da República, as avaliações críticas de José Murilo de Carvalho (1987; 1990) e Bruno Paes Manso (2020) destacam-se por tratarem de aspectos históricos e estruturais dos problemas vividos pela cidade desde a Proclamação da República, em 1889. Desde a inauguração do republicanismo restrito e excludente, passando pela hegemonia de um liberalismo econômico darwinista, que conviveu com a contravenção, até chegar ao controle de territórios por milícias e organizações criminosas, a cidade do Rio de Janeiro exemplifica, de forma dramática e trágica, como é bem difícil encaminhar soluções progressistas através de políticas públicas niveladoras de bem-estar social no território brasileiro. O trabalho de Manso (2020, p. 11), cujo título principal é “República das milícias”, mostrou que, para o período democrático recente, “com a propagação desses grupos armados, o Brasil se tornaria o país com a maior taxa de homicídios no mundo, mesmo sem estar envolvido em guerras, conflitos civis, étnicos ou religiosos”. O crime organizado se envolveu gradualmente com as atividades políticas de representação popular e penetrou em diversas instâncias do poder público constituído a partir do controle de territórios.

Episódios ocorridos na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23 de outubro de 2023, mostraram o tamanho do pesadelo carioca. Trinta e cinco ônibus foram queimados, afetando passageiros e gerando um prejuízo patrimonial de mais de R\$ 35 milhões. Escolas foram fechadas, não puderam funcionar regularmente. Milicianos da Zona Oeste atacaram a cidade em represália à morte do sobrinho do chefe do grupo (TRIGUEIRO; ÁVILA; ALVES, 2023). Esse cenário de guerra urbana reflete o dramático quadro de avanço do crime organizado, que já extrapolou os limites geográficos da cidade do Rio de Janeiro.

O Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2023) divulga rotineiramente estatísticas de violência. O Brasil, historicamente, possui uma das maiores taxas de homicídio do mundo, com várias de suas cidades enfrentando altas taxas de assassinatos. Esses números ruins podem até ser comparados com áreas em conflito de guerra, realidade que afeta negativamente o capital social no território, as oportunidades de crescimento profissional de indivíduos e as perspectivas econômicas para a população. Compõem a trágica normalidade nacional as operações policiais e militares em algumas áreas urbanas brasileiras que se assemelham a ações em zonas de conflito, devido ao uso de armamentos pesados e ao número de baixas. No Brasil, a trágica violência cotidiana está imersa em contextos de problemas sociais, econômicos e criminais, como o tráfico de drogas, a desigualdade estrutural, a falta de oportunidades e a fragilidade das instituições de segurança pública.

Não devemos esquecer que vivenciamos uma postura “permissiva em relação às armas de fogo e à munição patrocinada pelo Governo Federal a partir de 2019”, segundo Cerqueira (2021, p. 14). Destaca-se negativamente o acesso facilitado a armas da parte de criminosos contumazes (traficantes, assaltantes, milicianos), por conta da comprovada ligação entre os mercados legal e ilegal de armas, além da dificuldade de rastrear munições encontradas nos locais dos crimes. Os efeitos dessa política permissiva tendem a perdurar, prejudicando o bem-estar social em diversas cidades brasileiras. O recrudescimento da violência no campo também se manifestou recentemente. Cerqueira (2021, p. 15) citou ainda o “risco de politização das organizações da segurança pública, em particular das polícias militares, o que coloca em risco não apenas a paz social, mas a própria democracia”.

No período histórico mais recente, testemunhamos “a volta dos militares ao centro da arena política” (VICTOR, 2022, p. 13). O fato é que o Brasil não puniu crimes cometidos por agentes de Estado na ditadura. Em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) negou a possibilidade de revisão da Lei da Anistia, de 1979. Conforme ponderou Victor (2022, p. 16), uma questão instigante e relevante “é saber se os representantes das Forças Armadas, ao interferirem direta ou indiretamente na política, são instrumentos das classes dominantes”. A hipótese corporativa de defesa dos interesses da caserna também é colocada como explicação intervencionista. O trabalho crítico organizado por Domingos Neto (2022), por sua vez, abordou essas questões com uma maior profundidade, revelando o complexo desafio para a democracia e os governos democráticos no Brasil.

Segundo Souza (2018, p. 314), “o golpe de 1964 é o exemplo mais bem-acabado, no Brasil, de ruptura que permitiu, pelo uso da força, o enfraquecimento da resistência e o redesenho de instituições de modo que alterasse bruscamente a distribuição de renda”. Em relação às reformas institucionais realizadas pelos militares e os seus aliados civis, o autor mostrou que elas favoreceram a maior concentração de renda e de poder econômico. A redemocratização “fomentou a explosão de demandas sem nenhuma contrapartida redistributiva nem desmonte dos inúmeros privilégios, favores e benefícios corporativos cristalizados nos incentivos, isenções e subsídios concedidos pelo Estado brasileiro” (SOUZA, 2018, p. 335).

Modernizações conservadoras e reformas regressivas deveriam ter nos ensinado que a excessiva concentração de riquezas pode muito bem levar a distorções na alocação de recursos produtivos e reforçar aspectos perversos da preferência pela liquidez da parte de uma minoria abastada (BRUM, 1999). O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no dia 4 de

outubro de 2023, que, para o ano de 2021, o Brasil tinha 13 milhões de microempreendedores individuais (MEIs). Entre 2019 e 2021, houve um crescimento do número de MEIs em termos absolutos, em participação no total de empresas e outras organizações, assim como no pessoal ocupado total. De acordo com o IBGE, o Rio de Janeiro (26,0%) foi a unidade da federação com maior proporção de MEIs em relação ao total de ocupados formais, pouco à frente do Espírito Santo (24,8%). A precarização laboral avançou nas unidades federativas, afetando o bem-estar social nos territórios. A taxa de informalidade foi de 39% para a população ocupada no Brasil no trimestre encerrado em agosto de 2023, ainda segundo o IBGE, um patamar estável na comparação com o ano passado, sendo que a taxa composta de subutilização laboral foi de 18%. Esse alto patamar de precarização laboral afeta o bem-estar social nos territórios brasileiros diferenciadamente, refletindo as desigualdades estruturais nacionais.

Pesquisadora e professora, Maria Celina D'Araujo fez uma revisão de literatura sobre a temática do capital social. Afinal, por que a mesma instituição produz resultados distintos em ambientes diferentes? Qual é o impacto das instituições sobre as sociedades? Como as sociedades, suas culturas, afetam as instituições? De acordo com a professora, “a cooperação voluntária, assentada na confiança, só é possível em sociedades que convivem com regras de reciprocidade e com sistemas de participação cívica” (D'ARAUJO, 2010, p. 17). O capital social reduz custos de transação e facilita a cooperação.

A incapacidade de cooperar e a falta de confiança nas relações sociais formam parte do perverso legado da escravidão em nosso país. Segundo José Murilo de Carvalho (2007, p. 229), “a desigualdade é a escravidão de hoje”, um “câncer que impede a constituição de uma sociedade democrática”. Não estamos eternamente condenados pelo passado, porém é importante reconhecermos o que precisa efetivamente mudar para que não sejam reproduzidos dramas e frustrações cíclicas. Onde a violência e a desconfiança imperam, as instituições são frágeis e tal fato inviabiliza não só a democracia, como também o desenvolvimento econômico. Confiar nas expectativas de reciprocidade é fator relevante para o desenvolvimento econômico. A confiança é a base do capital social, que tem potencial transformador em um território.

5 CONCLUSÕES

De acordo com Silva e Ladvocat (2021), há no Brasil ainda poucas aplicações do IPS em nível subnacional e existem, portanto, oportunidades para pesquisas, mas também para aplicações da respectiva metodologia. O estudo de caso do município do Rio de Janeiro mostrou que a dimensão de bem-estar social no território demanda atenção por parte do poder público e da sociedade. Problemas históricos acumulados afetam as vidas das pessoas diferenciadamente no território e estão associados a desigualdades extremas e estruturais na sociedade brasileira.

Restam poucas dúvidas de que o Brasil tem desafios no campo econômico. A produtividade de um território é o resultado do seu capital social. Redes e arranjos horizontais de produção são capazes de construir cooperação entre firmas de pequenos e médios portes, providenciando recursos e superando dificuldades, que, isoladas, seriam difíceis de enfrentar. O associativismo pode encorajar a confiança social, a cooperação, a flexibilidade, a inovação, a produtividade e a elevação do desempenho econômico.

A violência tem efeitos prejudiciais sobre o capital social, pois gera medo e desconfiança entre os membros de uma comunidade. Ela é capaz de destruir relações interpessoais e provocar a redução da participação cívica, diminuindo o envolvimento social e a capacidade das pessoas de trabalharem juntas para melhorar as suas comunidades. A violência afeta negativamente a educação, uma vez que escolas em áreas afetadas pela violência podem enfrentar dificuldades em fornecer um ambiente seguro e eficaz para a aprendizagem. Ela reduz as oportunidades de sucesso no futuro, prejudicando o crescimento econômico e a criação de empregos.

Em síntese, a violência muitas vezes leva a um ciclo de retaliação e violência contínua, um ciclo vicioso de mal-estar social no território, que pode corroer ainda mais o capital social, tornando a resolução de conflitos e a construção de relações pacíficas ainda mais difíceis. Portanto, a promoção da paz, da justiça e da segurança é fundamental para preservar e fortalecer o capital social e a democracia em qualquer sociedade. Esse é um dos grandes desafios brasileiros em termos de bem-estar social.

Há efeitos diferenciados da globalização sobre as cidades. Segundo Zygmunt Bauman (2009, p. 68), “a insegurança alimenta o medo”, algo que faz com que “a guerra à insegurança tenha grande destaque na lista das prioridades dos planejadores urbanos”. Em síntese, ainda de acordo com Bauman (2009, p. 79), “tudo recai sobre a população, sobre a cidade, sobre o bairro”. A globalização se mostrou capaz de intensificar as disparidades sociais nas cidades. Enquanto algumas áreas se beneficiam do desenvolvimento econômico e da prosperidade, outras podem enfrentar problemas como o aumento do custo de vida e a marginalização social. Graves problemas ambientais, como o aumento da poluição, a degradação do meio ambiente e a pressão sobre os recursos naturais também integram esse quadro histórico. Os desafios são complexos para o Brasil, que inevitavelmente terá que repensar em formas institucionais mais eficazes para lidar com o seu federalismo assimétrico. Essa assimetria gera desafios e debates sobre a autonomia dos entes federativos, as disparidades regionais e a distribuição de recursos e poder.

Resolver as questões relacionadas ao federalismo assimétrico no Brasil é um desafio complexo que envolve considerar vários aspectos políticos, econômicos e sociais. Soluções demandam um amplo debate político, consenso e ações coordenadas entre os diferentes atores envolvidos no sistema federativo brasileiro, valorizando o capital social nos territórios. A implementação de medidas deve considerar as características específicas de cada região para promover políticas públicas que efetivamente fortaleçam o associativismo nas localidades, objetivando atender as demandas populares de bem-estar social.

6 REFERÊNCIAS

- ANTUNES, Ricardo. **Capitalismo pandêmico**. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BAUMAN, Zygmunt. **Confiança e medo na cidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- BRUM, Argemiro. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. 20.ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 1999.
- D'ARAUJO, Maria Celina. **Capital social**. 2.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2010.
- CARVALHO, José Murilo. **Os bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

CERQUEIRA, Daniel. **Atlas da Violência 2021**. São Paulo: FBSP, 2021.

DOMINGOS NETO, Manuel. (org.) **Comentários a um delírio militarista**. Fortaleza: Gabinete de Leitura, 2022.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 4.ed. São Paulo: Global, 2008.

FBSP - Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: FBSP, 2023.

FURTADO, Celso. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Em 2021, Brasil tinha 13,2 milhões de microempreendedores individuais (MEIs). In: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38044-em-2021-brasil-tinha-13-2-milhoes-de-microempreendedores-individuais-meis>. Acessado em: 23 de outubro de 2023.

INSTITUTO PEREIRA PASSOS. Índice de Progresso Social da cidade do Rio de Janeiro. In: <<https://ips-rio-pcrj.hub.arcgis.com/>> Acessado em: 16 de outubro de 2023.

LA ROCQUE, Eduarda. MEDEIROS, Rodrigo. FARIA, Luiz Henrique. Progresso social e desenvolvimento territorial. Publicado em: 7 de junho de 2023. In: <<https://jornalggn.com.br/artigos/progresso-social-e-desenvolvimento-territorial/>>. Acessado em: 16 de outubro de 2023.

MANSO, Bruno Paes. **A república das milícias**. São Paulo: Todavia, 2020.

MAZZUCATO, Mariana. PENNA, Caetano. **The Brazilian Innovation System: A Mission-Oriented Policy Proposal**. Brasília, DF: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2016.

MAZZUCATO, Mariana. **Transformational change in Latin America and the Caribbean: a mission-oriented approach**. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2023.

PUTNAM, Robert. **Making democracy work**. Princeton (NJ): Princeton University Press, 1993.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006

SILVA, Alysson Dias da. LADVOCAT, Marcelo. Social Progress Index in Brazil at subnational level. **Revista Baru - Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos**. v. 7, 2021.

SOCIAL PROGRESS IMPERATIVE. Social Progress Index 2022. In: <https://www.socialprogress.org/global-index-2022-results/>. Acessado em: 16 de outubro de 2023.

SOUZA, Pedro. **Uma história de desigualdade**. São Paulo: Hucitec: Anpocs, 2018.

TRIGUEIRO, André.; ÁVILA, Edmilson.; ALVES, Raoni. Recorde de 35 ônibus queimados em 1 dia no Rio afeta passageiros e gera prejuízo de mais de R\$ 35 milhões. In: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/10/24/recorde-de-35-onibus-queimados-em-1-dia-afeta-passageiros-e-gera-prejuizo-de-mais-de-r-35-milhoes.ghtml>>. Acessado em: 25 de outubro de 2023.

VICTOR, Fabio. **O poder camuflado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

WORLD INEQUALITY DATABASE. In: <<https://wid.world/>>. Acessado em: 16 de outubro de 2023.